

SPINOZA E ESPINOSA: EXCURSO ANTROPONÍMICO

ANDRÉ DOS SANTOS CAMPOS¹

Não intenta o presente texto resolver em definitivo a questão filosoficamente irrelevante da correta grafia do nome do filósofo holandês. Nem tão pouco intenta estabelecer comandos de orientação no sentido de uma ou outra grafia preferível. E muito menos intenta vestir uma capa de aparente erudição, recorrendo a análises históricas e filológicas que demonstrem a genuína origem do nome do filósofo. Pelo contrário, não passa afinal de uma justificação analítica, em tom conciliatório, das opções gráficas dos vários membros da comunidade estudiosa da obra do filósofo holandês, assim como da comprovada preferência do autor destas linhas.

Nenhuma novidade se revela na afirmação segundo a qual, desde os inícios do século XX, há o que se considera ser uma crise onomástica nos estudos envolventes da obra filosófica do autor da *Ética*. Poder-se-á sustentar que Willem Meijer e Dunin-Borkowski², ao questionarem a retitude da grafia *Spinoza*, até então imune a exame crítico de caráter científico, e ao proporem conseqüentemente aquela que criam ser a mais utilizada pelo próprio filósofo, a de *Despinoza*, foram os causadores da crise por haverem tentado integrar lacunas inexistentes. Tal acusação a estes autores, contudo, tende a derivar de um louvor dirigido a um pedestal intocável onde é colocado o filósofo holandês, eximindo-o de críticas referentes a este problema: embora a sua condição de holandês judeu marrano fosse propícia a confusões onomásticas, a diversidade das formas das suas assinaturas preservadas até hoje é o contributo maior para a emergência de

uma tal crise. A crise emerge da percepção onomástica que o filósofo tem de si.

É verdade que só é atingível tal conclusão se se tomar como critério verossímil para a descoberta da grafia correta do nome a maneira através da qual o respectivo portador o reproduz por escrito³. É no entanto a própria percepção onomástica de si pelo filósofo que, se não derruba e supera permanentemente este critério, pelo menos diminui a sua condição de suficiência e de exclusividade. Isto é facilmente demonstrável através do elenco das várias assinaturas reconhecíveis:

- 1) *Bento despinoza*, 21 de Maio de 1655;
- 2) *Bento despinoza*, 17 de Novembro de 1655;
- 3) *Benedictus Spiñoza*, Junho de 1662;
- 4) *B. de Spinoza*, 26 de Julho de 1663;
- 5) *B. d' Spinoza*, 3 de Agosto de 1663;
- 6) *B. de Spinoza*, 3 de Agosto de 1663;
- 7) *B. de Spinoza*, 13 de Março de 1665;
- 8) *B. de Spinoza*, 3 de Junho de 1665;
- 9) *B. de Spinoza*, 20 de Novembro de 1665;
- 10) *B. despinoza*, 21 de Março de 1671;
- 11) *B. despinoza*, 21 de Outubro de 1671;
- 12) *B. despinoza*, 9 de Novembro de 1671;
- 13) *B. despinoza*, 1 de Fevereiro de 1673;
- 14) *Benedictus despinoza*, 14 de Dezembro de 1673;
- 15) *B. de Spinoza*, Julho de 1675;
- 16) *B. despinoza*, 18 de Novembro de 1675.⁴

³ É este o critério estabelecido por Carl Gebhardt como fundamento de toda a sua investigação das opções gráficas visíveis nas diferentes assinaturas do filósofo. Cfr. Carl Gebhardt, "Der Name Spinoza", *Chronicon Spinozanum*, I, 1921, pp. 272-6.

⁴ As assinaturas contidas nas alíneas (3), (5), (6), (7), (8), (9), (11), (12), (14), (15), e (16) foram elencadas por Carl Gebhardt, *art. cit.*, p. 273. As assinaturas das alíneas (1) e (2) foram descobertas em documentos notariais e publicadas em A. M. Vaz Dias / W. G. Van der Tak, *Spinoza. Merchant & Autodidact*, separata de *Studia Rosenthalia*, Amsterdam, XVI, 2, 1982, pp. 161-2. A assinatura da alínea (4) é parte [CONTINUA]

¹ Doutorando em Filosofia, Especialidade Filosofia da Política e do Direito, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, onde desenvolve a sua dissertação em torno do tema "modelos de juridicidade na filosofia de Spinoza", sob orientação dos professores Diogo Pires Aurélio e Viriato Soromenho-Marques.

² V. Willem Meijer, *Spinoza en Blyenberg*, Navorscher, 1905, e também S. Dunin-Borkowski, *Der Junge De Spinoza. Leben und Werdegang im Lichte der Weltphilosophie*, Münster, Aschendorf, 1910.

Não só é assim verificável a inconstância do próprio filósofo na fixação escrita dos seus antropônimos, tal inconstância está ainda impossibilitada de se enquadrar em ciclos ou períodos categorizáveis, uma vez que várias assinaturas são usadas, abandonadas e retomadas num mesmo período temporal (1655-1675). Por vezes custa até a acreditar que esta condição antroponímica aparentemente caótica não tenha sido produzida com dolo pelo filósofo, em especial quando reparamos que duas assinaturas diferentes foram elaboradas exatamente no mesmo dia (alíneas (5) e (6)). Aliás, este fato ocorrido a 3 de Agosto de 1663 parece fazer prova suficiente da recusa peremptória pelo próprio filósofo de um só critério definitivo para a construção dos seus antropônimos.

Y. Yovel, ademais, aponta-o como um autor que cultiva com frequência o equívoco e a linguagem dupla, e atribui tal característica precisamente a uma influência marrana.⁵ O próprio filósofo aceita também a ambigüidade como um traço específico do contexto cultural do qual originariamente provém, mas não a restringe aos marranos, alargando-a a todo o povo judaico. Com efeito, “[...] os Hebreus a nenhuma coisa parecem ter sido menos movidos, que de evitar a ambigüidade, o que eu poderia demonstrar por vários exemplos [...]”.⁶

Não obstante, este remontar da ambigüidade ao judaísmo do filósofo densifica-se em complexidade.

CONTINUAÇÃO DA NOTA 4:

integrante da carta dirigida a Lodewijk Meyer que se viu publicada apenas em 1977, por A. K. Offenberg, “Letter from Spinoza to Lodewijk Meyer, 26 July 1663”, in Siegfried Hessing (ed.), *Speculum Spinozanum 1677-1977*, London/Henley/Boston, Routledge & Kegan Paul, 1977, pp. 426-435. A assinatura da alínea (10), também incluída em documento notarial, foi revelada por Willem Meijer, in “Drie ambtelijke stukken betrekking hebbende op Spinozas levens geschiedenis”, *Chronicon Spinozanum*, I, 1921, p. 29. Finalmente, a assinatura da alínea (13), constante também de documento notarial, revela-se em M. Petry/Guido Van Suchtelen, “Spinoza and the Military: a newly-discovered document”, *Studia Spinozana*, 1, 1985, pp. 359-369. A melhor enumeração destas diferentes assinaturas deve-se a Luís Machado de Abreu, “O nome de Spinoza”, in *Spinoza. A Utopia da Razão*, Lisboa, Vega, 1993, pp. 315-8.

⁵ V. Y. Yovel, *Espinosa e Outros Hereges*, trad. port. de Maria Elisabete C. A. Costa e Maria Ramos, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1993, pp. 35-8. Yovel limita-se aqui a seguir a tese da linguagem dupla do filósofo enunciada por Leo Strauss, remontando-a a uma característica marrana.

⁶ *Gramática Hebraica*, G I, p. 336.

É que embora a diversidade antroponímica possa encontrar as suas raízes no hebraísmo, ela cresce ainda para fora deste âmbito e adequa-se também à diversidade cultural que caracteriza a vida do filósofo após o *cherem*. Desta maneira, torna-se legítimo questionar a essência da própria crise onomástica e a busca de um (ou mais) critérios que fixem *ad futurum* uma só forma correta de grafar os nomes do filósofo. É que se há indícios que nos permitem confiar no dolo do filósofo na inconstância das formas das suas assinaturas, os mesmos indícios podem apontar para um entendimento da diversidade onomástica não como crise, mas como enriquecimento da condição antroponímica. E um tal entendimento acarretaria não só a ilegitimidade da fixação dos nomes do filósofo, mas também uma legitimação das várias formas das assinaturas preservadas. Revendo assim a nossa análise do problema, a diversidade onomástica comprovada desde logo pelas assinaturas coaduna-se não só com a diversidade das origens sócio-culturais do próprio filósofo (um judeu holandês com raízes portuguesas, educado sucessivamente no hebraísmo e na latinidade, profundo conhecedor da literatura espanhola), mas também com o estatuto gnosiológico atribuído pela sua filosofia à linguagem e à função dos nomes. Com efeito, na sua filosofia a linguagem, e mais ainda na sua forma escrita, é um composto de sinais⁷ e idéias inadequadas⁸ que permitem a interação humana, e como tal a socialidade e a própria construção da razão, mas que não consegue superar o seu estatuto gnosiológico imaginário. A imaginação rege, assim, também a antroponímia. Reduzir-se o filósofo, no plano da linguagem, a uma única estabelecida designação imaginária, a um fixo sinal escrito de identificação de si pela alteridade, seria o equivalente a restringir o seu meio e o seu estilo de apresentação ao mundo, seria

⁷ «[...] *cum verba sint pars imaginationis [...]. Adde quod sint constituta ad libitum, et captum vulgi; adeo ut non sint nisi signa rerum, prout sunt in imaginatione, non autem prout sunt in intellectu [...]*» [como as palavras fazem parte da imaginação [...]. Acrescenta o facto de as palavras se constituírem consoante o capricho e a percepção do vulgo, de tal maneira que não são senão sinais das coisas conforme estão na imaginação, e não conforme estão no entendimento.], *TIE*, § 88-9, G II, p. 33.

⁸ «*Et profecto plerique errores in hoc solo consistunt, quod scilicet nomina rebus non recte applicamus.*» [E realmente a maioria dos erros consiste apenas nisto, a saber, que não aplicamos corretamente os nomes às coisas], *Ethica* II, P47 Esc, G II, p. 128.

uma negação da sua própria condição cultural diversificada, seria enfim uma redução de si perante o mundo e uma maior inadequação da imagem representada pelo outro, uma vez que, havendo uma imagem onomástica unificada de si, estar-se-ia a contradizer a diversidade cultural que melhor o caracterizaria e que melhor imagem de si daria (isto na medida em que o nome estaria menos longe da essência da coisa, neste caso, da essência do próprio filósofo holandês). O sinal da linguagem que melhor faria transparecer a diversidade cultural e o ecletismo do filósofo inexistente, sendo embora estes traduzíveis preferencialmente numa multiplicidade de sinais da linguagem. A diversidade onomástica do filósofo, neste caso, corresponderia a uma menor inadequação da imagem de si para o mundo, no plano da linguagem, do que a imagem que o representaria como ele definitivamente não é, ou seja, de fácil identificação (imaginária) sócio-cultural.

Esta interpretação do problema onomástico do filósofo, no entanto, não se apresenta de maneira alguma num estado resolutivo. Mesmo que a diversidade dos nomes não possa ser entendida como situação caótica, mas sim como expressão do *ordo* que caracteriza a dinâmica do seu sistema filosófico, a verdade é que para o investigador e o comentador dessa obra filosófica não chega, desta maneira, a haver uma simplificação de métodos de trabalho. Ademais, entender esta interpretação como resolutiva implica aceitar como critério único da maior adequação de um ou outro nome do filósofo a(s) maneira(s) como o próprio filósofo expressava esses nomes na forma escrita. Ora, antes de seguirmos tão só este critério da aparentemente demonstrada vontade do filósofo, há a considerar ainda a circunstância de ele não ser o primeiro responsável por esta diversidade onomástica. Com efeito, bastará para o comprovar o abrevamento do registro de casamento de Michael, seu pai, com Ester, sua madrasta, segundo o qual o transcritor menciona duas formas diferentes do apelido, *Espinosa* e *despinosa*, e os nubentes assinam ambos recorrendo a novas duas formas, *des pinoza* e *despinoza*⁹; assim também o comprovará o próprio texto do *cherem* imposto ao filósofo, o qual menciona três diferentes formas, *Baruch Espinosa*, *Baruch de Espinoza* e *Espinoza*¹⁰, e a dedicatória

⁹ V. Atilano Domínguez, “Introducción”, in *Spinoza, Correspondência*, Madrid, Alianza, 1988, p. 27, nota 29.

¹⁰ V. J. Belinfante / J. Kingma / A. K. Offenbergh (eds.), *Spinoza, Troisième centenaire de la mort du philosophe*, Paris, Institut Néerlandais, 1977, p. 38.

de Menasseh ben Israel inserida na cópia de Michael da obra *Esperança de Israel*, onde escreve *Michael Espinosa*¹¹. De todos os registros conhecidos do nome do filósofo, foram já identificadas trinta e duas formas diferentes¹². Mesmo havendo, portanto, intencionalidade da sua parte na adoção de uma tal diversidade onomástica, ela é meramente derivada, e não originária. Talvez seja preferível embrenharmo-nos um pouco mais na análise, em especial no que respeita à língua portuguesa.

Quanto ao apelido do filósofo, a primeira grande abordagem que se nos depara é, inevitavelmente, de origem etimológica. Neste campo, a unanimidade em relação à origem etimológica do apelido está longe de acompanhar a polémica referente à origem dos antepassados familiares do filósofo.¹³ É que até os

¹¹ V. Joaquim de Carvalho, “Sobre o lugar de origem dos antepassados de Baruch de Espinosa”, in *Obras Completas*, vol. I, t. 1, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1992², p. 367, nota 1.

¹² V. Atilano Domínguez, “Benito de Espinosa ou Baruch de Spinoza?”, *Bulletin de l'Association des Amis de Spinoza*, 13, 1984, p. 3-9.

¹³ O problema da origem dos antepassados familiares do filósofo holandês veio a ser alimentada numa espécie de duelo ibérico cultural, como se portugueses e espanhóis cressem haver uma valorização das respectivas culturas nacionais se se estabelecesse em definitivo a família do filósofo como parte integrante de uma ou outra nacionalidade. Afirmar a nacionalidade dos seus pais e demais ascendentes tornou-se assim um puro ato de orgulho patriótico. Na barricada portuguesa, destacou-se Joaquim de Carvalho, *art. cit.*, pp. 367-401. Na barricada espanhola, B. Fernández Alonso, *Los judíos en Orense*, Orense, A. Otero, 1904. Abstraindo-se de um patriotismo bacoco, e realizando uma séria investigação histórica recorrendo às legítimas fontes documentais, António Borges Coelho acabou por colocar um término na fútil discussão, estabelecendo que o filósofo descende de judeus portugueses oriundos de Lisboa e Vidigueira do lado do pai, e de Ponte de Lima e do Porto, do lado da mãe, in *Inquisição de Évora. Dos primórdios a 1668*, t. I, Lisboa, Caminho, 1987, pp. 438-448. Os biógrafos mais competentes do filósofo, desde os mais antigos, como Lucas e Colerus, até aos mais recentes, não apresentam dados que ponham em causa a descoberta de António Borges Coelho: v., entre outros, Pierre-François Moreau, *Spinoza et le Spinozisme*, Paris, PUF, 2003, pp. 7-15; Margaret Gullan-Whur, *Within Reason. A Life of Spinoza*, New York, St. Martin's Press, 2000, pp. 1-38; Theun De Vries, *Spinoza in Selbstzeugnissen und Bildokumente*, Hamburg, Rowohlt, 1970, pp. 7-32; Steven Nadler, *Spinoza. A Life*, Cambridge University Press, 1999, pp. 1-41. Este último, aceitando a descoberta de António Borges Coelho, almeja igualmente uma louvável situação de compromisso, uma vez que afirma que «the family may originally have been Spanish, escaping, like so many others, to Portugal in the fifteenth century» (p. 27).

filólogos portugueses sustentam destemidamente a origem espanhola do apelido, com a forma *Espinbosa* ou *Espinoza*, primariamente de natureza toponímica, mais tarde transposta para a antroponímia portuguesa com a forma *Espinosa*.¹⁴ Com efeito, considerando o fato de ter havido uma transição da palavra desde a toponímia até à antroponímia, dificilmente seria sustentável a origem portuguesa da forma *Espinosa*, uma vez que em tal caso a toponímia portuguesa faria transitar para a antroponímia a forma corrente em língua portuguesa, *Espinbosa*. Nem tão pouco poderia a usual forma *Spinoza* ser considerada de origem etimológica exclusivamente portuguesa, atentando à evidência segundo a qual nenhum vocábulo português não transposto de um outro idioma pode começar com a junção silábica das consoantes *s* e *p*, por esta ordem. Não obstante, o critério etimológico, por si só, é pouco resistente, pois o rigor patriótico dos contíguos ibéricos poderia levar uns à forma *Espinosa*, outros à *Espiñosa*, outros ainda à *Espinoza*, consoante o grau do rigor etimológico empregado: a etimologia levar-nos-ia a uma diversidade onomástica tão longe da simplicidade quanto aquela conseqüente da análise das assinaturas do filósofo. A diversidade de formas onomásticas resultante de cada um dos dois critérios analisados pode contudo ser objeto de um cruzamento de dados, e daqui emergirá um único resultado comum. É precisamente na conjugação dos dois critérios que se assiste ao começo de um esbatimento da diversidade onomástica: a conjugação do critério etimológico com o das opções ortográficas do filósofo levaria à fixação do nome *Espinoza*. Apesar de o filósofo jamais ter assinado desta forma o seu apelido, ela seria inferida da assinada grafia *despinoza*, na qual a preposição *de* aparece ligada à escrita do apelido. Isto sucede, por um lado do hábito comum no século XVII de juntar a palavra à preposição que a

rege¹⁵, por outro lado da possível circunstância de o apelido ter início num fonema idêntico àquele com que termina a preposição respectiva, havendo uma fusão pronunciada do *e*.¹⁶

Mas, mesmo em língua portuguesa, o resultado da conjugação destes dois critérios está longe de ser unanimemente aceite como a forma única e correta de designar o filósofo. Poderá parecer que a conjugação destes dois critérios, inatendendo a quaisquer outros, redunde numa solução meramente arbitrária e pouco harmoniosa. Na senda de maior consistência para a solução a adotar, emergem assim novos critérios consideráveis, como o histórico e o da evolução da pronúncia. Historicamente, poderá haver alguma leviandade na adoção da grafia *Espinoza*, quando tal implica uma certa negligência face às duas exatas grafias mais usadas pelo filósofo, *Spinoza* e *despinoza*, esta última também a preferida de seu pai Michael. Para além disto, há a assinalar também a presença das iniciais *B D S* no selo do filósofo, e a forma latina do seu nome na única obra publicada em vida com a identificação do respectivo autor: nos seus *Renati Des Cartes Principiorum Philosophiae Pars I et II More Geometrico Demonstratae*, a versão latina, de 1663, continha a forma *per Benedictum de Spinoza Amstelodamensen*, e a tradução holandesa, publicada no ano seguinte, continha a forma *door Benedictus de Spinoza Amsterdammer*. Elementos integradores do critério histórico, assim, confrontam abertamente não a legitimidade do critério etimológico, mas a redutibilidade das suas propostas, e desafiam a conjugação de apenas dois critérios. Quanto ao critério da evolução da pronúncia, a ênfase é colocada na vocalidade do fonema *z*, que tende a tornar-se *s* quando este é intervocálico. Desta maneira, quando a sibilante *ss* inicia uma palavra ou segue uma consoante, deverá tomar a forma de *s*, e quando intermedeia duas vogais,

¹⁴ Vale a pena, neste ponto, citar o estudo etimológico levado a cabo por Leite de Vasconcelos, in *O Doutor Storck e a Literatura Portuguesa*, Lisboa, Academia Real das Ciências, 1910, p. 19: «o apelido Espinosa ou Espinoza é de origem espanhola (como muitos outros portugueses, por exemplo: Aguilar e Castilho), do latim Spinosa, palavra empregada primitivamente como designação topográfica; se a palavra fosse de origem portuguesa, teria a forma Espinhosa. A supressão do *e* resultou da confusão dele com o *e* da preposição *de* (isto é, de Espinosa =d'Espinosa =de Spinoza) ou de influência latina; o *z* por *s* reflete a pronúncia portuguesa do século XVII e fins do século XVI. Se escrevermos, como escrevo, Espinosa, iremos de acordo com a etimologia.»

¹⁵ Hábito este explicitamente adotado pelo filósofo, como o demonstra Luís Machado de Abreu, *op. cit.*, p. 316.

¹⁶ O hábito mencionado na nota anterior é usado por Luís Machado de Abreu para justificar o uso do apelido *Spinoza*, e alguns exemplos de junções pelo filósofo das preposições com as palavras por elas regidas são até fornecidos (p. 316). No entanto, esse hábito era comum mas tão só em casos nos quais a fonética permanecesse inalterada, o que obviamente não sucede aqui, uma vez que as expressões *de Spinoza* e *despinoza* não possuem um grau fonético idêntico. A única maneira de justificar a união entre a preposição e a palavra por si regida, assim como a respectiva fonética, é assumindo que o apelido unido à preposição é, na verdade, *Espinoza*.

deverá tomar a forma de *z*. Esta regra apresenta-se como etimologicamente incorreta quando aplicada ao apelido do filósofo, mas recomendável na prática, acarretando a adoção pragmática do sufixo *za* e a eliminação do *e* no início da palavra.¹⁷ Aliás, é verdade que a língua portuguesa tem adotado mais recentemente uma maior adequação da grafia dos vocábulos à respectiva pronúncia, razão pela qual alguns sufixos terminados em *z*, mas com o fonema sibilante *s*, têm vindo a adotar esta última forma. Um dos exemplos antroponímicos mais flagrantes é o do nome do escritor português *Eça de Queiroz*, que tem vindo a ser transcrito como *Eça de Queirós*.

Mencionados estes quatro critérios, forçoso é reconhecer que o grande motivo pelo qual sói dizer-se que há uma crise onomástica na abordagem ao filósofo holandês é o da impossibilidade de obter uma única solução antroponímica a partir do cruzamento e da cumulação de todos estes quatro critérios. Duas opções deparam-se-nos na superação deste problema: ou terá de haver a exclusão de algum ou alguns dos critérios abordados, com uma justificação que ultrapasse a mera arbitrariedade, para a adoção de uma única forma de escrever o nome do filósofo; ou terá de se assumir a diversidade onomástica como característica do próprio filósofo, permitindo a escolha arbitrária de qualquer grafia ou impondo limites que aconselhem o uso do menor número possível de diferentes grafias. A primeira opção tem sido, claramente, a preferida da

¹⁷ Toda esta argumentação é da autoria de Carolina Michaëlis de Vasconcelos, em “Uriel da Costa. Notas relativas à sua vida e às suas obras”, *Revista da Universidade de Coimbra*, vol. VIII, 1922, p. 294, nota 3: «[...] a respeito do nome Espinosa. Esta ortografia com *.s*. no sufixo, como em todos os nomes em ôso-ósa é a única boa e etimologicamente correta, que todas as nações deveriam adotar, muito embora o próprio Baruch Benedictus, seu pai Miguel, e seu irmão [...] usassem da grafia Espinoza com *z* porque era moda no seu tempo representar a sibilante branda intervocálica por *.z*. E ainda hoje é favorecida por muitos que, pondo de lado a motivação etimológica, entendem que, desde que a pronúncia evolutiva igualou o fonema *z* a *-s* intervocálico (reduzindo o seu valor antigo de *ds*) seria prático decretar o seguinte: no início de palavras, e de sílabas, depois de consoantes, isto é, sempre que se trata de uma sibilante forte (*sz*) escreve-se *s*; tendo valor brando, entre vogais portanto, escreva-se pelo contrário *z*. Regra anti-etimológica, mas prática (incompleta embora, porque não se importa com as sibilantes finais), recomendável uma vez que só uma minoria muito pequena sabe porque motivo escrevemos *razão, rezar*. [...]».

generalidade dos comentadores da obra do filósofo, e em especial daqueles que se têm debruçado sobre esta temática onomástica, estes explicitamente, aqueles tacitamente. O uso hodierno do apelido tem sido restringido a apenas duas distintas grafias, a de *Espinosa* e a de *Spinoza*. Os que adotam a primeira grafia – autores inevitavelmente oriundos de países cuja língua oficial é o português ou o espanhol – tendem a privilegiar o critério etimológico, acrescido do facto histórico das raízes nacionais dos ascendentes do filósofo; os que adotam a segunda grafia tendem a cruzar todos os critérios excluindo o etimológico – se forem autores oriundos de países cuja língua oficial é o português ou o espanhol –, ou a privilegiar os critérios histórico e das preferências do filósofo – se forem autores oriundos de países cuja língua oficial não é o português nem o espanhol. Acresce que a escolha de uns critérios em detrimento de outros, e da grafia mais adequada resultante do cruzamento desses critérios, parece depender somente dos humores e das inclinações pessoais de cada um. Quanto à grafia *despinoza*, que pode resultar da conjugação dos critérios histórico e da preferência do filósofo, não é usado por pessoa alguma, e apresenta-se como fraca solução, considerando que a conjugação dos mesmos critérios pode levar-nos a outras soluções igualmente legítimas, e reforçadas por outros critérios ainda, como é o caso da grafia *Spinoza*; não há portanto grande necessidade de analisar esta opção. Quanto à opção mencionada *Espinoza*, resultante do cruzamento do critério etimológico com uma possível interpretação das várias assinaturas do filósofo, ela é tão pouco reforçada pelos restantes critérios propostos, e tão pouco usada pelos comentadores e tradutores do filósofo¹⁸, que dispensa o ser analiticamente abordada.

Pode, apesar de tudo, haver uma maneira de harmonizar uma assumida diversidade onomástica do filósofo com os vários critérios mencionados, consistindo na aceitação da retitude dos apelidos *Espinosa* e *Spinoza*, embora com distintos fundamentos e distintos critérios de legitimação. Em primeiro lugar, a grafia *Espinosa* parece ser mais conforme às regras ortográficas vigentes da língua portuguesa. Por um lado, legitima-se no critério etimológico e rejeita completamente o critério da evolução da pronúncia, e não sem razão, uma vez que são inúmeros os vocábulos de língua

¹⁸ Nestes últimos anos, com a notoriedade mínima, apenas a tradução por Abílio Ferreira de Gilles Deleuze, *Spinoza*, PUF, intitulada *Espinoza e os Signos*, Rés-Editora, Porto, s/d.

portuguesa que mantêm o *s* intervocálico com som de *ç* (como por exemplo o vocábulo mais próximo desta grafia, o adjetivo *espinhosa*, já mencionado por possuir uma mesma raiz etimológica), justificando assim o uso do sufixo *osa* com o som de *óça*. Por outro lado, em língua portuguesa, como já se mencionou, nenhum vocábulo dela originário começa pela junção das consoantes *s* e *p*, o que já não sucede em outras línguas, em especial no latim. Em português os vocábulos que em latim começam por *sp* acrescentaram um *e* prostético antes, o qual hodiernamente tem o som do chamado *e* mudo (inexistente no Brasil) ou desaparece mesmo (aférese) na fala usual, ouvindo-se apenas o *s* com valor de *x* (= *ch*) (o latim *sponsa*, por exemplo, deu *esposa*, com o *e* mudo ou mesmo inexistente, tal como *stare* deu *estar*, em que o mesmo sucede, *spes* deu *esperança*, e inúmeros outros exemplos similares). Isto não se aplica à grafia *Espinosa*, contudo, porque ela não deriva do latim, mas vice-versa, não há um qualquer aportuguesamento por via latina. De qualquer das formas, em língua portuguesa não há palavras começadas por *sp*: quando derivadas do latim ou de outros idiomas que permitam um tal início para os vocábulos, o *e* prostético é sempre acrescentado, ou então a forma *sp* é transposta tal e qual como na língua estrangeira (não havendo adaptação às regras ortográficas do português), e considerada ainda parte integrante de uma palavra estrangeira, o que sucede frequentemente nos nomes próprios. Com efeito, é costume crer-se que os nomes próprios têm autonomia em relação às normas ortográficas de cada língua, mas isto não é inteiramente verdade: há autonomia em relação à recepção inalterada de nomes próprios originados em línguas estrangeiras, razão pela qual admitimos tantos nomes iniciados por *k* e *y*, e compostos por muitas consoantes seguidas, mas essa autonomia cessa quando os nomes próprios nascem da própria língua portuguesa ou de línguas com normas ortográficas similares às da língua portuguesa, como neste caso sucede com a língua espanhola (na qual também é comum a prática de acrescentar o *e* prostético). Um nome que não deriva de um vocábulo latino começado por *Sp*, mas de um vocábulo espanhol começado por *Es*, em língua portuguesa, não pode começar por *Sp*, independentemente da sua natureza de nome próprio. A grafia *Espinosa* é portanto inteiramente legítima enquanto vocábulo de língua portuguesa.

Em segundo lugar, contudo, não há que negligenciar os critérios histórico e das preferências

do filósofo: a grafia *Spinoza* foi a mais vezes usada pelo filósofo e coaduna-se perfeitamente com as normas ortográficas da língua por si escolhida na feitura dos seus escritos. Mas já será um erro considerá-la legítima enquanto vocábulo de língua portuguesa; ela tem a sua legitimidade na língua portuguesa, é verdade, mas tão só enquanto transposição de um nome próprio de língua estrangeira (neste caso o latim). Tal como Kant (e não *Cante*), Hegel (e não *Eguel*) e Hobbes (e não *Hobes*), também *Spinoza* será bem aceite na língua portuguesa enquanto nome próprio estrangeiro: no fundo, dada a origem etimológica da palavra, há uma sua latinização por via portuguesa (que respeita, ademais, as normas ortográficas do latim, que tem como prática corrente a adaptação de todos os nomes próprios estrangeiros), que é depois recebida na língua portuguesa já enquanto vocábulo latino.

Esta conclusão que harmoniza e legitima igualmente as duas grafias só é possível numa situação rara como é a do filósofo, judeu holandês, filho de emigrantes portugueses, escrevendo em latim. O seu nome de família é ibérico, e enquanto vocábulo português a preferível grafia será *Espinosa*, mas o mesmo nome é também latinizado, e enquanto vocábulo latino a preferível grafia será *Spinoza*. É portanto já compreensível a razão que leva os autores mais próximos da língua portuguesa a preferir a grafia *Espinosa* e os autores mais afastados da língua portuguesa a dar preferência à língua que, entre as duas, lhes é mais próxima, neste caso a latina. O mesmo sucede com o autor do famoso *De jure belli ac pacis*, que é tratado como *de Groot* por autores mais próximos da língua holandesa, e por *Grotius* por todos aqueles que dela mais se afastam: ambos os apelidos estão corretos, um enquanto vocábulo de origem neerlandesa, outro enquanto vocábulo de origem latina.

A escolha de um ou outro dos vocábulos mencionados não deverá ser completamente arbitrária, e deverá coadunar-se com a grafia a adotar para os respectivos derivados. Assim, não será aconselhável a um comentador de língua inglesa, alemã, italiana, ou francesa (para referir as mais comuns) preferir a grafia *Espinosa*, uma vez que não só estão mais longe da língua portuguesa que da latina, como aliás uma tal preferência poderia trazer-lhes complicações desnecessárias quanto aos derivados. Autores de língua portuguesa ou espanhola poderão, no entanto, escolher livremente uma ou outra das opções apresentadas, mas deverão orientar coerentemente a sua escolha com a forma

escrita dos correspondentes derivados. No caso de um autor escrevendo em língua portuguesa, *Espinosa* e *Spinoza* serão opções igualmente legítimas, mas convém, por motivos de harmonização e coerência do texto, não volatilizar a escolha, e adotar apenas uma das opções possíveis; para além disso, sendo *Espinosa* um vocábulo de origem portuguesa, os derivados devem adotar-se respeitando as normas ortográficas do português (*espinosismo*, *espinosista*, *espinosano*), mas, se a escolha recair sobre o vocábulo estrangeiro *Spinoza*, os derivados devem respeitar essa origem estrangeira do nome (*spinozismo*, *spinozista*, *spinozano*, tal como aliás se diz *kantismo*, *hegelianismo* e *hobbesianismo*).¹⁹

Quanto ao primeiro nome do filósofo, a escolha aparenta, à partida, ser um pouco mais complicada, pois o mesmo nome é normalmente referido em três línguas distintas, português (*Bento*), hebraico (*Baruch*) e latim (*Benedictus*). Perante a naturalidade portuguesa dos pais do filósofo, é normal que fosse tratado pelos seus familiares e amigos durante a sua infância como *Bento*, e as suas duas primeiras assinaturas preservadas atestam que respondia por esse nome²⁰. Nada obsta, portanto, à escolha do nome *Bento* em

¹⁹ Luís Machado de Abreu, in *op. cit.*, p. 317, justifica o uso do apelido *Spinoza* aliado aos derivados *espinosismo*, *espinosista*, etc., precisamente porque cai no erro de não considerar o vocábulo *Spinoza* como um nome latino passível de transposição para português. Pelo contrário, considera-o um vocábulo de língua portuguesa, o que não só é incorreto, como torna também o texto por vezes confuso e incoerente. Basta apontar que, na página 317, nega (e bem) o aportuguesamento por via latina de nomes como Descartes (e não *Cartésio*), Gassendi (e não *Gazendo*) e Locke (e não *Lóckio*), embora no corpo do texto da sua monografia se refira, por exemplo, a Henrique (e não *Henry*) Oldenburg (p. 56) e a Francisco (e não *Franciscus*) Van den Enden (p. 99). Ainda em relação a este problema da harmonização do vocábulo com os seus derivados, Emanuel Angelo da Rocha Fragoso, in *A Questão da Liberdade na Ética de Benedictus de Spinoza*, Tese de Doutoramento submetida à Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002, p. 363, demarca-se de Luís Machado de Abreu invocando diferenças entre o português de Portugal e o português do Brasil, optando assim pelos derivados *spinozismo*, *spinozista*, etc. Contudo, não há qualquer diferença notória nesta matéria entre normas ortográficas da língua portuguesa de um ou outro país, a solução apontada, que aconselha bom-senso e coerência nas escolhas, aplica-se a toda a língua portuguesa.

²⁰ V., neste sentido, Steven Nadler, *op. cit.*, p. 42, e Carl Gebhardt, *art. cit.*, p. 275.

²¹ Como o faz, por exemplo, Luís Machado de Abreu, *op. cit.*, p. 316.

conjunto com o vocábulo português *Espinosa*, não sendo aconselhável juntar *Bento a Spinoza*²¹, não só porque o filósofo não provinha de uma família com apelido estrangeiro, como inclusivamente é sempre recomendável a coerência idiomática dos nomes. O nome *Baruch* era, apesar de tudo, mais frequentemente usado nas suas relações com a comunidade judaica de Amsterdã, como o demonstram o registro da sua matrícula na associação pedagógica *Ets Chaim*, a lista das contribuições e doações para a sua congregação, e o texto do *cherem*, nos quais é ele sempre tratado pela forma hebraica do seu nome²². Não há portanto ilegitimidade na sua utilização, sempre que o apelido que o acompanhe seja o vocábulo português *Espinosa*, pois nas suas relações com a comunidade judaica de Amsterdã, nem o filósofo nem qualquer outro membro da sua família chegou a ser tratado pela forma latinizada do apelido. Para além disto, parece também não haver ilegitimidade no uso do nome latino *Benedictus*, nome latinizado tal como o apelido do filósofo, e que deve vir sempre acompanhado precisamente por essa grafia do apelido: justificam-no acima de tudo algumas das assinaturas do filósofo e o nome constante dos seus publicados *Renati Des Cartes Principiorum Philosophiae Pars I et II More Geometrico Demonstratae*. Assim, qualquer um dos nomes pode ser corretamente usado, se acompanhado do apelido adequado: *Bento de Espinosa*, *Baruch de Espinosa* e *Benedictus de Spinoza* parecem ser três meios possíveis de nomear acertadamente o filósofo (a preposição *de* deverá constar sempre do seu nome completo, pois não há uma única razão atendível para a afastar). Não obstante, e voltando ao primeiro critério das preferências do filósofo, é um fato que, a partir do *cherem* de 1656, o primeiro nome é reduzido a uma mera sigla inicial ou, quando referido, apresenta sempre a sua forma latina²³: é como se preferisse ser conhecido cada vez mais apenas pelo seu mérito filosófico, mantendo a sua diversidade onomástica tão só em variações do seu apelido, e rompendo com um passado que o tratara familiarmente para depois o maltratar. Nada obsta, como conseqüência, à omissão do seu primeiro nome, conforme a sua preferência, reduzindo-o apenas a uma sigla, e eliminando um tom excessivamente familiar que se

²² V. Steven Nadler, *op. cit.*, p. 42.

²³ Comprovam-no as alíneas referidas *supra*, (3) e (14), assim como ambas as edições dos *Renati Des Cartes Principiorum Philosophiae Pars I et II More Geometrico Demonstratae*.

tende a estabelecer com o filósofo. Esta é talvez a opção mais aconselhável, embora se encontre bem longe de um caráter vinculativo, e que aliás nada tem de original, como o demonstra a forma como é freqüentemente tratado Hegel, como exemplo.

Ao contrário do que é habitual nos estudos sobre a diversidade onomástica com que é tratado o filósofo, e consoante o apontou desde o início este texto, não há aqui qualquer pretensão de fixar definitivamente uma grafia determinada dos nomes do filósofo, ditando-a expressamente como correta, e acusando tacitamente todas as que dela difiram de incorreção. Pelo contrário, a haver aqui uma pretensão primordial, ela será a de delimitar um espaço de discricionariedade dentro do qual uma qualquer grafia nele presente possa ser considerada correta. Discricionariedade, diz-se, não arbitrariedade: é a exigência de uma adequada fundamentação para cada grafia escolhida e utilizada que permite preservar a diversidade onomástica do filósofo sem retomar numa condição antroponímica desordenada. Mas, se várias grafias podem ser corretas por integrarem esse espaço de discricionariedade, a verdade é que, da perspectiva daquele que escolhe, umas grafias podem ser mais corretas que outras. Aquele que assim escolhe discricionariamente jamais anula a correção das restantes grafias que integram esse mesmo espaço de discricionariedade, mas sustenta a maior correção da sua escolha e, se a não torna obrigatoriamente vinculativa (porque não pode), torna-a pelo menos na mais aconselhável. A busca da maior correção numa grafia, portanto, em última análise não é senão a justificação da escolha discricionária daquele que pretende tratar o filósofo pelo seu nome.

E o filósofo de que se vem tratando é **B. de Spinoza**. Este nome escolhido provém da força aparente dos argumentos que o sustentam, em detrimento daqueles que sustentam outros nomes. Por um lado, o uso do apelido *Espinosa* parece querer remontar o filósofo às suas origens familiares ibéricas, renunciando ao fato inultrapassável de Spinoza ser um autor de nacionalidade holandesa. Spinoza não era português nem espanhol, possuía laços de parentesco com indivíduos dessas nacionalidades, mas nunca deixou de se considerar um cidadão nacional dos Países Baixos: o uso do apelido *Spinoza* tem o mérito de nos fazer lembrar a cada momento esse fato. Por outro lado, parece óbvia a preferência do filósofo pela transliteração latina do seu apelido: se o latim era, ainda

à época, a língua comum dos homens eruditos em toda a Europa culta, compreende-se que fosse no latim que pretendia ser conhecido na Europa culta. Para além disso, a somar a estes argumentos advindos dos critérios históricos e da preferência de Spinoza, há a considerar ainda a pouca capacidade de persuasão que o critério etimológico vem demonstrando cada vez mais: é que, apesar das raízes ibéricas do apelido, a forma estrangeira *Spinoza* tem vindo a ser crescentemente adotada pelos autores de língua espanhola, e igualmente por autores de língua portuguesa²⁴. O argumento mais forte a favor da grafia *Spinoza* é, contudo, despido de um caráter puramente teórico: visa sobretudo unificar a comunidade científica spinozana, tornando-a o mais transnacional possível, e enriquecendo-a com a integração onomástica dos autores que escrevem e falam em línguas ibéricas. Com o peso crescente que hodiernamente vão tendo as bases de dados bibliográficos, a unificação internacional do apelido facilitará o trabalho daqueles que investigam os estudos spinozanos, trará maior visibilidade internacional aos estudos escritos em língua ibérica, e permitirá um enriquecimento dos estudos em línguas não ibéricas, uma vez que elementos bibliográficos nas línguas portuguesa e espanhola tenderão a integrar esses mesmos estudos. Quanto ao primeiro nome de Spinoza, o esbatimento da sua importância e do seu aparecimento parece ser, como já referido, o passo mais aconselhável. Como não há também motivo relevante para eliminar a preposição *de* do seu nome completo, **B. de Spinoza** parece ser a opção mais útil, facilitadora e enriquecedora, e, como tal, da perspectiva de quem a escolhe, a mais correta.



²⁴ Entre os autores espanhóis parece ser mais usual a forma *Spinoza*. Quem o afirma é Francisco Javier Peña Echeverría, *La filosofía política de Espinosa*, Valladolid, Universidade de Valladolid, 1989, p. 9, nota 1. Muitos são, no entanto, aqueles que preferem a forma *Espinosa*, tanto em língua espanhola como portuguesa, provavelmente por ser mais concorde com a facilidade na pronúncia do nome. V., a propósito, Gabriel Albiac, *La Sinagoga Vacía. Un estudio de las fuentes marranas del espinosismo*, Madrid, Hiperión, 1987, p. 367, nota 2, que fala em “evolución posterior de la lengua” para indicar, expressamente, a unidade do castelhano e, tacitamente, cremos, a crescente conformidade da grafia das palavras com os preferidos meios de pronúncia.